

RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.820 - SP (2013/0351208-2)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : D A V DA S
ADVOGADOS : ADIMAR ANTÔNIO DE OLIVEIRA JÚNIOR - MG118982
MARCELO PEREIRA DOS SANTOS - MG107886
RECORRIDO : ADIDAS AG E OUTROS
ADVOGADO : DAVID FERNANDO RODRIGUES E OUTRO(S) - SP260972

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto por D. A. V. DA S. contra acórdão exarado pelo eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (TJ-SP).

Cuidam os autos, na origem, de *"ação, pelo rito ordinário, de abstenção de prática de atos incriminados c.c perdas e danos (materiais e morais)"* proposta por ADIDAS AG e OUTROS contra D. A. V. DA S.

O il. Magistrado julgou procedente o pedido (sentença às fls. 304/309).

Diante disso, D. A. V. DA S. interpôs apelação, a qual foi desprovida pelo eg. TJ-SP, nos termos do v. acórdão, assim ementado (fl. 370):

"AÇÃO CAUTELAR DE BUSCA E APREENSÃO E AÇÃO DE ABSTENÇÃO DE USO DE MARCA CUMULADA COM AÇÃO INDENIZATÓRIA. Produtos contrafeitos e instrumentos utilizados para contrafação apreendidos em empresa do réu. Réu que não apresenta qualquer elemento de prova que justificasse fato de estar fabricando produtos que ostentam marca da autora. Propriedade de marcas das autoras amplamente comprovada nos autos. Marcas notoriamente conhecidas. Independência relativa dos juízos civil e criminal consagrada no artigo 935 do Código Civil. Inaplicabilidade do artigo 842, § 3º do Código de Processo Civil, vez que se trata de direito marcário, afeto à propriedade industrial e não aos direitos autorais e conexos. Danos morais "in re ipsa". Adequação dos critérios de fixação dos danos materiais, nos termos do que dispõe a Lei de Propriedade Industrial. Danos morais. Manutenção do valor fixado, apenas com a conversão para 30 salários mínimos vigentes em reais. Desnecessária, para efeitos de prequestionamento, a expressa menção ao dispositivo legal violado. Recurso provido em parte."

Inconformada, a parte D. A. V. DA S. manejou o presente recurso especial, com fulcro no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, no qual alega violação do art. 5º,

inciso LVI, da CF/88; e dos arts. 839 e 842, § 3º, do CPC/73.

Contrarrazões às fls. 405/414.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, não se conhece do recurso quanto à alegada infringência do art. 5º, inciso LVI, da CF/88, uma vez que se trata de matéria constitucional, cuja competência para exame é do col. Supremo Tribunal Federal, consoante preconiza o art. 102 da Carta Magna.

Outrossim, melhor sorte não socorre ao recurso quanto aos arts. 839 e 842, §3º, ambos do CPC/73. Sob as referidas violações, afirma-se que haveria ofensa do devido processo legal, porquanto a ação principal baseia-se em ação cautelar promovida com inobservância do trâmite próprio do direito autoral.

O eg. TJ-SP, por seu turno, destacou que a presente demanda discute matéria relativa à marca, vinculada, portanto, à propriedade industrial, e não ao direito autoral. Desse modo, concluiu que referido dispositivo não incide à espécie, mas sim o art. 122 da Lei n.º 9.279/96.

À título elucidativo, colacionam-se as seguintes transcrições do v. acórdão estadual (fl. 374):

"O apelante parece desconhecer noção sumária que distingue entre direitos autorais e conexos e propriedade industrial, onde se incluem os direitos relativos a marcas e patentes, entre outros.

No caso concreto, a ação tem como lastro a violação a direito marcário, preconizado pelos artigos 122 e seguintes da Lei n.º 9.279/96, sendo descabido de todo se cogitar da aplicação do procedimento previsto no artigo 842, § 3º do Código de Processo Civil para a ação cautelar de busca e apreensão, destinado aos direitos autorais e conexos.

Por outro lado, regular a medida cautelar realizadas nos autos apenas a estes principais (fls. 201 do apenso), vez que realizada por dois oficiais de justiça na presença de duas testemunhas, nos termos legais."

Por seu turno, da leitura das razões posta no apelo nobre, infere-se que a parte recorrente não impugnou o fundamento usado relativo à distinção entre direito autoral e propriedade industrial, com incidência dos arts. 122 e seguintes da lei n.º 9.279/96 em detrimento do art. 842, §3º, do CPC/73.

Nesse cenário, havendo fundamento autônomo e suficiente, por si só, para manter o v. acórdão estadual, o apelo nobre encontra óbice nas Súmulas n. 283 e 284/STF, aplicadas por analogia. Nessa mesma linha de inteligência, destacam-se os seguintes julgados:

"AGRAVO INTERNO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PRETENSÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO LAUDO PERICIAL E JUNTADA DE DOCUMENTOS. NECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE AUDIÊNCIA COM O INTUITO DE ESCLARECER QUESTÕES ATINENTES ÀS AMORTIZAÇÕES REALIZADAS. REEXAME FÁTICO DOS AUTOS. SÚMULA N. 7/STJ. FUNDAMENTO DO TRIBUNAL DE ORIGEM NÃO IMPUGNADO. SÚMULA N. 283 DO STF.

(...)

2. É inadmissível o recurso especial que não impugna os fundamentos do acórdão recorrido, suficientes, por si só, à manutenção da conclusão a que chegou o Tribunal de origem (Súmula n. 283/STF).

3. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 451.336/RS, Rel. **Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI**, QUARTA TURMA, julgado em 01/06/2017, DJe 08/06/2017 - g.n.)

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM" RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DE FUNDAMENTO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA N. 283 DO STF. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO DOS AUTOS. INADMISSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA. DECISÃO MANTIDA.

1. O recurso especial que não impugna fundamento do acórdão recorrido suficiente para mantê-lo não deve ser admitido, a teor da Súmula n. 283/STF.

(...)

5. Agravo interno a que se nega provimento."

(AgInt no AREsp 1035112/SP, Rel. **Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA**, QUARTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017 - g.n.)

Assim, forçoso reconhecer que o presente apelo não merece prosperar.

Ante o exposto, com fundamento no art. 255, § 4º, II, do RI-STJ, nego provimento ao recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Publique-se.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO

Relator